

Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer

# PESSOA COM DEFICIÊNCIA

em Situação de Curatela  
e Sistema de Justiça

2024



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições Juspodivm

**Diagramação:** Futura ([rogerio@futuraeditoracao.com](mailto:rogerio@futuraeditoracao.com))

**Capa:** Ana Caquetti

**Imagem de Capa:** by Freepik

S998p Szporer, Patrícia Cerqueira Kertzman  
Pessoa com Deficiência em Situação de Curatela e Sistema de Justiça / Patrícia  
Cerqueira Kertzman Szporer – São Paulo: Editora Juspodivm, 2024.

304 p.

ISBN: 978-85-442-5309-0

1. Constitucional. 2. Direitos humanos e fundamentais. Interesses difusos e coletivos. 4.  
Pessoa com Deficiência. 5. Acesso à Justiça. 6. Sistema de Justiça.

CDD 346.81

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições Juspodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições Juspodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>29</b>
Desenvolvimento da pesquisa .....	47
 <b>CAPÍTULO I</b>	
<b>A TUTELA JURÍDICA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE CURATELA .....</b>	<b>51</b>
1.1 CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE CURATELA: UMA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ACRESCIDADA E SUPERVULNERABILIDADE .....	52
1.2 PENSAR A VULNERABILIDADE À LUZ DO PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE...65	
1.3 ARCABOUÇO NORMATIVO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE CURATELA .....	67
1.3.1 A Constituição Federal de 1988: da segregação ao reconhecimento de direitos humanos .....	68
1.3.2 Da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência: o novo modelo social de deficiência.....	74
1.3.3 A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: o novo modelo social de deficiência no direito brasileiro – Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 .....	80
1.3.4 O novo instituto da curatela: da invisibilidade à personalização .....	88
1.3.4.1 Revisão histórica.....	89
1.3.4.2 O novo sistema de (in)capacidades e a repersonalização da pessoa com deficiência do direito civil.....	97
1.3.4.3 A nova curatela .....	99
1.3.5 O processo judicial: o que há de novo, o que há de velho.....	103
1.3.5.1 Ampliação do rol de pessoas legitimadas à propositura da ação – arts. 747 e 748, CPC .....	107
1.3.5.2 Demonstração da incapacidade para administração dos bens e do momento em que a incapacidade se revelou x anomalia psíquica – art. 749, CPC.....	108
1.3.5.3 Apresentação de laudo médico com a petição inicial – art.750, CPC.....	109
1.3.5.4 A escuta da pessoa em situação de curatela: entrevista x interrogatório.....	110

1.3.5.5	Ampliação do prazo de defesa: curador especial para defender interesses da pessoa em situação de curatela .....	112
1.3.5.6	Prova pericial para avaliação da capacidade para prática de atos da vida civil: equipe multidisciplinar.....	113
1.3.5.7	Da sentença .....	115
1.3.5.8	Levantamento da curatela .....	118
ENCERRAMENTO DO CAPÍTULO .....		120

## **CAPÍTULO 2**

### **QUEM É A PESSOA EM SITUAÇÃO DE CURATELA DOS PROCESSOS JUDICIAIS – DADOS EXISTENCIAIS.....**

2.1	PANORAMA GERAL EM NÚMEROS.....	129
2.2	DADOS EXISTENCIAIS .....	134
2.2.1	O primeiro recorte: gênero.....	134
2.2.2	O segundo recorte: idade.....	136
2.3	AS CAUSAS DA REDUÇÃO DA CAPACIDADE DE EXPRESSÃO E DE AUTODETERMINAÇÃO: PREVALÊNCIA DE REFERÊNCIA AO QUADRO CLÍNICO .....	139
2.3.1	Características dos sujeitos de acordo com os principais quadros clínicos identificados .....	143
2.3.1.1	Campeão de ocorrências – G30 - Doença de Alzheimer .....	144
2.3.1.2	O segundo lugar em ocorrências – F20 - Esquizofrenia .....	147
2.3.1.3	Retardo Mental Moderado .....	149
2.3.1.4	Retardo mental grave .....	151
2.3.1.5	Epilepsia.....	153
2.3.1.6	Demência não especificada .....	155
2.3.1.7	Acidente Vascular Cerebral .....	158
2.3.1.8	Sequelas de doenças cerebrovasculares .....	160
2.3.1.9	Demência vascular .....	161
2.3.1.10	Demência na doença de Alzheimer .....	163
ENCERRAMENTO DO CAPÍTULO .....		165

## **CAPÍTULO 3**

### **O SISTEMA DE JUSTIÇA.....**

3.1	ATORES DO SISTEMA DE JUSTIÇA.....	175
3.1.1	Perfil de quem propõe a ação: protagonismo feminino .....	176
3.1.2	Quem patrocina a ação .....	178
3.1.2.1	Advocacia – Defensoria Pública – Ministério Público.....	179

3.2	DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA NAS AÇÕES DE CURATELA DA 1ª VARA DE SUCESSÕES, ÓRFÃOS E INTERDITOS DE SALVADOR.....	181
3.3	DO DESTAQUE DE TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA .....	182
3.4	A EXTINÇÃO DE PROCESSOS SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO: ABANDONO DA CAUSA, DESISTÊNCIA OU ÓBITO DURANTE O CURSO DA AÇÃO .....	183
3.4.1	Ações extintas devido ao óbito da pessoa em situação de curatela.....	184
3.4.2	Ações extintas por abandono da parte ou desistência .....	185
3.5	ESTRUTURA DO JUDICIÁRIO NO BRASIL .....	186
3.5.1	Representatividade da amostra.....	187
3.5.1.1	Participação dos tribunais por região do país .....	187
3.5.1.2	Participação dos tribunais por porte .....	188
3.5.2	Acesso à justiça: a escassez de Juízos privativos no Brasil.....	189
3.5.2.1	Tramitação concorrente com ações de naturezas diversas.....	190
3.5.3	Do interrogatório à entrevista: será que mudou?.....	191
3.5.3.1	Manutenção da referência a “audiência de interrogatório” em atos judiciais .....	192
3.5.3.2	Ausência de especialista para acompanhar entrevista .....	194
3.5.4	A avaliação pericial: resistência ao novo .....	197
3.5.4.1	As equipes multidisciplinares .....	198
3.5.4.2	Quem faz a avaliação pericial .....	202
3.5.5	Acompanhamento pós-curatela .....	203
3.6	ANÁLISE DE DECISÕES JUDICIAIS PROFERIDAS EM AÇÕES DE CURATELA NO BRASIL .....	205
3.6.1	A gratuidade da justiça no conteúdo das sentenças.....	206
3.6.2	A utilização das expressões “interdição” e “incapacidade absoluta” nos julgados.....	207
3.6.3	Outras observações extraídas das sentenças.....	208
3.7	A ATUAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA .....	209
3.7.1	Iniciativas normativas referentes aos direitos das pessoas com deficiência....	210
3.7.2	Ações do Comitê dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Âmbito Judicial ....	212
3.7.3	Série Justiça Pesquisa – Estudos empíricos das demandas envolvendo pessoas com deficiência – outras observações referentes às ações de curatela.....	214
3.7.3.1	Principal ponto crítico: capacitação .....	215
3.7.3.2	Aplicação da Lei n. 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão.....	219
3.8	BOAS PRÁTICAS DE TRIBUNAIS BRASILEIROS .....	219
	ENCERRAMENTO DO CAPÍTULO .....	221

## CAPÍTULO 4

O QUE É E O QUE NÃO PODE SER .....	223
------------------------------------	-----

4.1	OS SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE CURATELA E AS SALVAGUARDAS PREVISTAS NA LEI N.13.146/2015 – PANORAMA .....	224
4.1.1	A valorização da pessoa e as salvaguardas encontradas no art. 6º do EPD.....	224
4.1.2	O debate sobre dignidade a partir das características existenciais das pessoas com deficiência nos processos de curatela da amostra de pesquisa .....	227
4.1.3	O papel da família.....	232
4.1.3.1	Pensando o cuidado .....	233
4.1.3.2	Uma política nacional do cuidado .....	236
4.2	DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO SISTEMA DE JUSTIÇA .....	243
4.2.1	Liderança da advocacia, estrutura deficiente das defensorias públicas, gratuidade de justiça .....	245
4.2.2	Sistema de processo eletrônico – ausência de destaque ou marcação de tramitação prioritária, conservação de expressões como “interrogatório”, “incapacidade”, “tutela e curatela”: o futuro que ainda não chegou .....	246
4.2.3	Elevado número de processos em que não se chega à decisão com exame do mérito: tempo de duração do processo.....	249
4.2.4	Ausência de especialização: concorrência das ações de curatela com ações de naturezas diversas .....	250
4.2.5	A prova nos processos de curatela: laudo médico, predominante referência à CID, baixa referência ao CIF, ausência de especialistas nas audiências, escassez de equipes multidisciplinares, acompanhamento posterior à medida.....	251
4.2.6	Sentenças-padrão: pouca individualização, “incapacidade absoluta” .....	257
4.2.7	Acompanhamento posterior à sentença que julga procedente pedido de curatela: inexistência .....	259
4.2.8	Falta de capacitação dos atores do sistema de justiça: o esquecido Artigo 13.2 da CDPD .....	260
4.2.9	O Conselho Nacional de Justiça: necessidade de normatização e de políticas voltadas para ações de curatela .....	261
4.3	SUGESTÕES: AÇÕES DOS TRIBUNAIS – ESTRATÉGIAS PARA ASSEGURAR A DIGNIDADE DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE CURATELA .....	264
	ENCERRAMENTO DO CAPÍTULO .....	266
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>271</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>278</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>283</b>
	<b>APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA .....</b>	<b>291</b>
	<b>APÊNDICE 2 - JULGADOS ANALISADOS, POR ESTADO E ANO.....</b>	<b>294</b>
	<b>ANEXO I - OFÍCIO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, ENCAMINHANDO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ÀS DEMAIS CORREGEDORIAS DE JUSTIÇA ESTADUAIS.....</b>	<b>297</b>
	<b>ANEXO II - REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, PARA ACESSAR DADOS E PROCESSOS, PARA FINS DE PESQUISA.....</b>	<b>300</b>